



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº: **0253941-7**

PROCESSO ORIGINÁRIO Nº 0117714-91.2004.8.17.0001

COMARCA : Recife – 1ª Vara do Júri

RECORRENTE : Orlando Severino de Barros

RECORRIDO : Ministério Público do Estado de Pernambuco

PROCURADOR(A) : Cristiane Maria Caitano da Silva

RELATOR : Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

EMENTA:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. ACUSADO DENUNCIADO POR HOMICÍDIO SIMPLES E PRONÚNCIA POR HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. *EMENDATIO LIBELI*. POSSIBILIDADE. INDÍCIO SUFICIENTE DE AUTORIA. PRINCÍPIO "*IN DUBIO PRO SOCIETATE*". IMPRONÚNCIA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. DECISÃO UNÂNIME.

I – Sendo certo que o acusado se defende dos fatos narrados na denúncia, e não da capitulação ali constante, é perfeitamente possível ao magistrado, por ocasião da sentença de pronúncia, a teor do art. 383, do Código de Processo Penal, atribuir definição jurídica mais gravosa ao recorrente.

II – Comprovada nos autos a materialidade do delito e havendo indícios suficientes de sua autoria, diante da prova testemunhal produzida em Juízo, compete ao juiz monocrático submeter o acusado a julgamento pelo Tribunal do Júri, porquanto, na presente fase processual, prevalece o princípio "*in dubio pro societate*".

III – Recurso a que se nega provimento. Decisão unânime.

11 M



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Recurso em Sentido Estrito nº 0253941-7**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Quarta Câmara Criminal** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 22 de março de 2013.


Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção - Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº: **0253941-7**
PROCESSO ORIGINÁRIO Nº 0117714-91.2004.8.17.0001
COMARCA : Recife – 1ª Vara do Júri
RECORRENTE : Orlando Severino de Barros
RECORRIDO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADOR(A) : Cristiane Maria Caitano da Silva
RELATOR : Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

RELATÓRIO

Orlando Severino de Barros foi denunciado, juntamente com Marcos de Oliveira Silvino e Nilson Dionísio dos Santos, como incurso nas sanções do art. 121, *caput*¹, c/c o art. 14, inciso II², ambos do Código Penal (fls. 02/04).

Narra a inicial que os denunciados efetuaram disparos de arma de fogo contra a vítima Gérson Ferreira dos Santos, não cometendo homicídio por circunstâncias alheias às suas vontades, fato este ocorrido no dia 08 de maio de 2004, por volta da 01:00 hora, em frente ao Clube Bom Sucesso, localizado no Alto José do Pinho, Casa Amarela, nesta Capital.

Encerrada a instrução criminal e apresentadas as alegações finais, o juiz processante pronunciou todos os denunciados por infração ao art. 121, § 2º, incisos II e IV³, c/c os arts. 14, inciso II e 29⁴, todos do Estatuto Punitivo, conforme sentença de fls. 403/404.

¹ Homicídio simples
Art 121. Matar alguém:
Pena - reclusão, de seis a vinte anos.

² Art. 14 - Diz-se o crime: (...)
Tentativa
II - tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.

³ Art. 121 - Matar alguém:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

Inconformado, **Orlando Severino Barros** recorreu (fls. 410/411), apresentando suas razões recursais às fls. 472/478, alegando a nulidade da sentença de pronúncia pelo fato desta não guardar consonância com a denúncia e a instrução processual, inovando ao pronunciar o recorrente pela prática de homicídio duplamente qualificado, pugnando pela anulação da decisão recorrida.

Aduz, ainda, que não existe prova ou indício de ter o recorrente participado do evento criminoso, pugnando pela sua impronúncia.

O Ministério Público de 1º grau ofertou contra-razões ao recurso, rechaçando os fundamentos ali expendidos, pugnando pelo improvimento do recurso (fls. 486/490).

O togado monocrático, na fase do art. 589⁵, do Código de Processo Penal, em despacho de fls. 497, manteve a sentença recorrida, encaminhando os autos a este Sodalício.

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dr^a. Cristiane Maria Caitano da Silva, ofereceu parecer opinando pelo

Homicídio qualificado

§ 2º - Se o homicídio é cometido: (...)

II - por motivo fútil; (...)

IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido; (...)

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.

⁴ **Regras comuns às penas privativas de liberdade**

Art. 29 - Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.

⁵ **Art. 589** - Com a resposta do recorrido ou sem ela, será o recurso conclusivo ao juiz, que, dentro de 2 (dois) dias, reformará ou sustentará o seu despacho, mandando instruir o recurso com os traslados que lhe parecerem necessários.

Parágrafo único - Se o juiz reformar o despacho recorrido, a parte contrária, por simples petição, poderá recorrer da nova decisão, se couber recurso, não sendo mais lícito ao juiz modificá-la. Neste caso, independentemente de novos arrazoados, subirá o recurso nos próprios autos ou em traslado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

desprovimento do recurso, mantendo-se a decisão recorrida (fls. 505/507).

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 29 de novembro de 2012.


Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção - Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº: **0253941-7**
PROCESSO ORIGINÁRIO Nº 0117714-91.2004.8.17.0001
COMARCA : Recife – 1ª Vara do Júri
RECORRENTE : Orlando Severino de Barros
RECORRIDO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADOR(A) : Cristiane Maria Caitano da Silva
RELATOR : Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

VOTO – PRELIMINAR – Nulidade da pronúncia.

Acolho como preliminar a suscitação do recorrido que objetiva anular a sentença de pronúncia.

Aduz a defesa que o magistrado sentenciante inovou por ocasião da sentença de pronúncia ao alterar a capitulação constante na inicial, de homicídio simples (art. 121, *caput*, do CP) para homicídio duplamente qualificado (art. 121, § 2º, incisos II e IV, do CPB), sem qualquer nexo na instrução criminal, pugnano pela anulação da decisão recorrida.

É de comezinha sabença que o acusado não se defende da capitulação constante na denúncia, mas dos fatos ali narrados, conforme remansosa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a saber:

"HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. RÉU DENUNCIADO COMO INCURSO EM HOMICÍDIO SIMPLES. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. INCLUSÃO DA QUALIFICADORA DO MOTIVO FÚTIL. DECISÃO FUNDAMENTADA NOS FATOS NARRADOS NA DENÚNCIA. POSSIBILIDADE. EMENDATIO LIBELLI. ART. 383 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. ORDEM DENEGADA. DECISÃO LIMINAR REVOGADA.

1. Nosso sistema processual penal autoriza o julgador a dar nova definição jurídica à imputação fática constante na denúncia, tendo em vista que o réu se defende dos fatos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

narrados e não da sua classificação legal, logo, restando caracterizada a emendatio libelli e não mutatio libelli, desnecessária a observância das disposições do art. 384 do Código de Processo Penal.

2. A inclusão da qualificadora do motivo fútil não causou prejuízo à Defesa, porquanto a sentença de pronúncia entendeu se tratar de homicídio qualificado e não de homicídio simples, baseando-se no mesmo contexto fático descrito pela exordial acusatória.

Precedentes.

3. Ordem denegada, com a revogação da liminar anteriormente deferida."

(HC 143603/SE, Relatora Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, julgado em 01/09/2011 e publicado no DJ de 15/09/2011).

A denúncia narrou os fatos do seguinte modo:

"(...) Consta dos autos que na data supra citada, por volta de 01:00 hora, os denunciados, que trabalham como seguranças no Club Bom Sucesso, expulsaram a vítima do interior do referido clube porque esta teria urinado na porta do banheiro.

Não contentes em expulsar a vítima do interior do clube, os denunciados efetuaram vários disparos contra ele, mas nenhum tiro atingiu a vítima, que conseguiu fugir e chegar até a casa de seu genitor.

Um colega da vítima, o Sr. Leandro Augusto de Oliveira, chegou pouco tempo depois na casa do genitor da vítima conduzindo a moto deste, que havia ficado na frente do clube quando a vítima fugiu dos disparos dos seguranças. A vítima, então, decidiu voltar ao clube para buscar seu capacete, sendo mais uma vez recebido a tiros. Dessa Vez um dos disparos atingiu a vítima, causando lesões comprovadas pela perícia traumatológica de fls. 35, tendo a vítima sobrevivido graças aos cuidados que teve nos hospitais Agamenon Magalhães e Getúlio Vargas. (...)"

Como observado na transcrição supra, o motivo fútil encontra-se supostamente evidenciado no fato de a vítima ter urinado na



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

porta do banheiro, enquanto que a qualificadora prevista no inciso IV, do § 2º, do art. 121, do CPB, no fato de a vítima, ao ir apanhar seu capacete, ter sido recebida a tiros pelos denunciados, inexistindo, portanto, qualquer eiva na decisão pronunciatória, uma vez que o presente caso amolda-se à figura do art. 383⁶, do Código de Processo Penal, devendo o caso em questão ser apreciado pelo Conselho de Sentença.

Isto posto, não acolho a presente questão prefacial.

É como voto.

Recife, 22 de *Março* de 2013.

Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção – Relator

⁶ Art. 383. O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave. (Redação dada pela Lei nº 11.719, de 2008). (*emendatio libeli*)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº: **0253941-7**
PROCESSO ORIGINÁRIO Nº 0117714-91.2004.8.17.0001
COMARCA : Recife - 1ª Vara do Júri
RECORRENTE : Orlando Severino de Barros
RECORRIDO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADOR(A) : Cristiane Maria Caitano da Silva
RELATOR : Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

VOTO - MÉRITO

Insurge-se, o recorrente, contra a sentença que o pronunciou por infração aos arts. 121, § 2º, incisos II e IV, do Código Penal, alegando inexistir nos autos qualquer prova ou indício tendente a comprovar sua participação no evento criminoso narrado na exordial acusatória, pugnano pela sua impronúncia.

A materialidade do delito encontra-se demonstrada pela perícia traumatológica de fls. 40.

Passo à análise da prova colhida na instrução criminal, sob o crivo do contraditório, de modo a verificar se existe indício suficiente da participação do recorrente no evento descrito na denúncia.

Muito embora o recorrente tenha negado qualquer envolvimento no delito narrado na denúncia, ao ser interrogado no decorrer do inquérito policial (fls. 27) e em Juízo (fls. 26), a prova dos autos não exclui sua participação no evento criminoso.

Ouvida em Juízo, a vítima Gerson Ferreira Botelho Júnior ratificou as declarações prestadas à autoridade policial (fls. 14/15), e asseverou (fls. 241/242):

"(...) quando voltou para apanhar o capacete avistou os três acusados e uma outra pessoa desconhecida do depoente;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

que o depoente não sabe dizer de qual arma partiu o disparo que o atingiu, se das usadas pelos denunciados ou se desta outra pessoa que lhe é desconhecida (...)".

Ao ser ouvida em Juízo, às fls. 263, a testemunha Alexandre José da Silva confirmou o depoimento prestado na fase inquisitorial (fls. 16/17):

"(...) que o capacete de GERSON estava na mesa do declarante; que não tem conhecimento que GERSON brigou no banheiro com os seguranças e que presenciou quando GERSON agrediu alguns seguranças e estes reagiram querendo colocá-lo para fora do clube; que o declarante não esperou pelo desfecho da situação e saiu do clube levando o capacete de GERSON, e ao chegar perto de casa, e onde se vende espetinho, o declarante ouviu alguns tiros e deduziu que GERSON poderia ter alguma relação (...) que tomou conhecimento de que a confusão envolvendo GERSON e os seguranças teria continuado na frente do clube e que este voltou ao clube para pegar seu capacete, e tomou conhecimento que GERSON teria sido atingido por um disparo de arma de fogo desferido pelos seguranças (...)".

Inquirida em Juízo, a testemunha Leandro Augusto de Oliveira, disse (fls. 375/376):

"(...) que no dia do fato, presenciou uma confusão no clube Bonsucesso e, ao tomar conhecimento, soube do envolvimento de um amigo de nome Dinho; que aproximou-se da confusão para tirar Dinho, que conduziu Dinho até a moto do mesmo e este foi para casa, tendo o depoente o acompanhado em outra moto; que chegando na casa de Dinho, esse resolveu voltar ao Bonsucesso para apanhar um capacete, tendo, então, no outro dia o depoente tomado conhecimento de que Dinho teria sido atingido por tiros (...)".



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

A pronúncia é mero juízo de admissibilidade, não sendo necessária, para tanto, a certeza absoluta das decisões condenatórias, mas, tão somente, a existência de indício suficiente de ter o recorrente participado do evento delituoso.

Como observado, o conjunto probatório emanado dos autos é suficiente a autorizar a pronúncia do recorrente, submetendo-o a julgamento pelo Tribunal Popular.

Tendo em vista a existência de indícios da participação do recorrente no fato narrado na denúncia, não vislumbro motivação para que seja impronunciado, como pretende a defesa, tendo em vista que nesta fase processual impera o princípio *in dubio pro societate*.

Sobre o assunto decidiu o Superior Tribunal de Justiça no julgamento do *Habeas Corpus* nº 87.499/SP, Quinta Turma, Relatora Ministra Laurita Vaz, julgado em 15/12/2009 e publicado no DJ de 08/02/2010, *verbis*:

"HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRONÚNCIA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. IMPROCEDÊNCIA.

1. A teor do disposto no art. 408, caput, do Código de Processo Penal, na redação conferida pela Lei n.º 5.941, de 22/11/1973, não se faz necessário, na fase de pronúncia, um juízo de certeza a respeito da autoria do crime, mas que o Juiz se convença da existência do delito e de indícios suficientes de que o réu seja o seu autor, por se aplicar, nessa fase, o princípio do *in dubio pro societate*. Precedentes desta Corte e do Supremo Tribunal Federal.

2. Na hipótese, não se verifica o apontado constrangimento ilegal decorrente da pronúncia do ora Paciente, uma vez que a materialidade do crime está sobejamente provada, e, como bem considerou o acórdão impugnado, os indícios de envolvimento do Paciente no delito estão demonstrados não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

só pelo depoimento do corréu como também pela prova testemunhal.

3. Ordem denegada."

É o caso dos autos.

Ante o expendido, e em consonância com o parecer da douda Procuradoria de Justiça, **nego provimento ao recurso**, mantendo a sentença de pronúncia em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 22 de *março* de 2013.

Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção - Relator

M
10